

XAVIER GIZARD

Num lapso de 20 anos, a política regional europeia virou o primeiro orçamento da União Europeia em termos de valor, superior ao da política agrícola comum: 350 bilhões de euros estão sendo investidos entre 2007 e 2013, num orçamento total de cerca de 1 000 bilhões de euros. É verdade que o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (Feder) foi criado em 1973, mas até 1988 dispôs de poucos recursos, como acontece com o esquema criado recentemente pelo Mercosul.

Por que foi criada a política regional europeia?

Em 2005 foi adotado um novo Tratado chamado “Ato Único”, fruto do empenho de Jacques Delors, então presidente da Comissão Europeia. O seu objetivo era relançar a construção europeia por meio do aprofundamento do Grande Mercado Único, o que teria efeitos assimétricos sobre as economias dos Estados membros, mais ou menos bem armadas para fazer face a uma concorrência mais aberta. Então, no Tratado esse objetivo aparecia acompanhado de outro princípio: garantir “a coesão econômica e social”. Além disso, esse processo coincidia com a entrada da Espanha e de Portugal na União, países que na época registravam um nítido atraso de desenvolvimento em relação à média europeia.

Para traduzir nos fatos essa exigência de solidariedade, foi escolhida uma via original: ao invés de uma simples divisão de um pacote financeiro entre as administrações centrais dos Estados membros, se decidiu o lançamento de planos regionais de desenvolvimento em escala infraestatal, em acordo com as autoridades públicas regionais.

Três grandes objetivos foram visados no decurso dos últimos 20 anos:

- um maior esforço em favor das regiões ditas “em atraso de desenvolvimento”, aquelas em que o Produto Interno Bruto por habitante é inferior a 75% da média da União;
- o acompanhamento das outras regiões;
- o apoio à cooperação territorial entre regiões.

Esses objetivos se concretizaram de acordo com quatro princípios básicos:

- o empenho financeiro europeu, que deve se somar ao empenho nacional e regional;
- a subsidiaridade, ou seja, a responsabilidade confiada ao nível geográfico mais apropriado;

- a plurianualidade que dá segurança aos atores regionais na sua estratégia de investimento, os cofinanciamentos sendo garantidos por um prazo de sete anos;
- uma política destinada a todas as regiões de modo a associá-las ao projeto europeu, prevendo, claro, um apoio financeiro degressivo dependendo do nível de prosperidade de cada uma das regiões.

Esses 20 anos corresponderam a um período de fortalecimento das instituições públicas regionais na sua participação na construção europeia. Foi só no Tratado de Maastricht, em 1992, que foram reconhecidas juridicamente as autoridades públicas subestatais, por intermédio da constituição de um órgão consultivo: o Comitê das Regiões, chamado a dar o seu parecer sobre todas as políticas europeias com impacto territorial. Foi preciso esperar o Tratado de Lisboa, que entrou em vigor no dia 1º de dezembro de 2009, para ver as regiões e as cidades reconhecidas nos seus setores de competência.

Esses progressos não aconteceram apenas devido à boa vontade dos Estados membros. As regiões se dotaram das organizações necessárias para ganhar progressivamente reconhecimento e influência. A Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM) é uma dessas organizações.

Na origem dessa organização está a situação de grande pobreza na qual se encontrava a região da Bretanha, na França, nos anos 1950. Esse quadro produziu o que se chamou de “a revolta bretã”, que não deixa de ter algumas semelhanças com a do Nordeste brasileiro: ausência de água corrente e de eletricidade nas zonas rurais, um forte êxodo de população. No decorrer dos anos 1960, a região conseguiu:

- um apoio muito forte do Estado, se traduzindo na criação da política agrícola comum europeia;
- a transferência da indústria e de centros de pesquisa na área das tecnologias da comunicação;
- um desenvolvimento considerável dos níveis de educação e de formação;
- a criação de uma política nacional de planejamento territorial;
- e os primeiros germes de um nível regional de governo.

Foi então que esses pioneiros bretões intuíram que o seu futuro se decidiria tanto em Paris como em Bruxelas, onde se desenvolviam as instituições europeias. Convidaram então, em junho de 1973, 22 outras regiões da periferia europeia para um encontro em Saint-Malo, e deste encontro nasceu a CRPM. Reencontrava-se assim uma tendência constante da história da Bretanha na sua

relação com a França: sempre que a Bretanha se encontrava “fechada” nas fronteiras alfandegárias do Estado ela definhava; cada vez que as fronteiras se abriam, ela prosperava. Daí a ideia de transformar em “locais de troca” regiões que eram “periferias”, “becos sem saída”. No entanto, para isso era necessário:

- alianças entre regiões confrontadas com a mesma realidade;
- e advogar em favor de um desenvolvimento “policêntrico” do território europeu, e não de um desenvolvimento baseado numa relação “centro-periferias”.

Tudo isso nos conduziu a três batalhas:

- a batalha institucional para que fosse reconhecido o papel das regiões na cena nacional e europeia;
- a batalha econômica para criar um tecido de atividades competitivas;
- e a batalha para a criação de uma política marítima europeia, levando em conta a realidade geográfica dessas regiões.

Em 35 anos, a CRPM reuniu desse modo 160 regiões, representando cerca de 200 milhões de habitantes. Essa história lembra a de algumas recentes organizações de regiões da América do Sul, a Olagi, Zicosur, Codesul, Crecenea e a do seu antepassado, a Sudene.

As perspectivas para o futuro próximo podem se reunir em torno de três eixos:

1. O prosseguimento da política regional europeia.

Mesmo que essa política tenha sido indubitavelmente benéfica, não se pode deixar de constatar que, apesar da convergência entre os Estados membros da União Europeia:

- há o fosso entre as regiões mais ricas e as mais pobres não foi reduzido;
- os mais ricos conservam uma distância considerável em relação aos mais pobres;
- e as ajudas concretizadas até o presente foram eficazes para a redução do fosso em matéria de infraestruturas físicas (estradas, saneamento etc.), mas muito menos convincentes na área dos investimentos imateriais.

Além disso, novos desafios se apresentam diante das regiões europeias, assim como das regiões de outros continentes:

- a crise financeira e o seu impacto sobre a economia real embaralham o quadro dos investimentos necessários para assegurar o futuro dos tecidos regionais das empresas e as perspectivas de emprego;
- a mudança climática põe as mesmas questões aos responsáveis territoriais;
- uma boa parte das respostas úteis passa pelos fatores imateriais e, em

consequência, por políticas regionais de valorização desses fatores, da base para cima (*bottom up*), e não apenas pela absorção das inovações provenientes do exterior.

Essas questões surgem num contexto em que os economistas neoliberais parecem não ter entendido nada da crise mundial dos últimos dois anos e tentam propor a sua visão deturpada como base para a discussão que se inicia sobre o orçamento 2014-2020 da União Europeia. Essa visão exclui a associação dos atores territoriais à preparação e execução das políticas necessárias.

2. *O futuro para a estranha construção europeia.*

Há cerca de cinco anos, o economista norte-americano Jeremy Rifkin publicou uma bela obra: *O sonho europeu*. Nessa obra, descrevia a União como a invenção pós-nacional mais avançada para responder aos desafios do século XXI. A socióloga Saskia Sassen foi também a primeira a teorizar o papel cada vez mais importante das autoridades públicas infraestatais num século XXI que seria o do “desajustamento do Estado” tal como ele se consolidou no século XIX.

Essas análises são lidas com prazer na Europa e no Brasil, também, sem dúvida, enquanto no dia a dia se marca passo, com o sentimento angustiante de que bem poucas coisas avançam.

3. *O peso da globalização galopante.*

Do mesmo modo que 35 anos atrás certas regiões europeias se davam conta do fato de que o seu futuro se decidiria tanto em Bruxelas como nas suas capitais nacionais, hoje várias regiões dos cinco continentes se dão conta que o seu futuro se decide também no cenário mundial. Decidiram, então, criar uma voz para as regiões, em escala mundial.

Uma primeira organização nasceu em 2003, depois da cimeira de Johannesburgo, sobre o tema do desenvolvimento sustentável: o *Network of Regional Governments for Sustainable Development* (NRG4SD), hoje co-presidido pelo estado de São Paulo e pelo País de Gales. Essa organização tem um papel muito ativo na negociação do protocolo de Copenhague, que reconheceu o papel das regiões na luta contra as mudanças climáticas.

Em outros pontos do globo nascem e crescem outras organizações em função de variadas circunstâncias políticas, como é caso na América do Sul, na África ocidental etc. Em escala global, essas redes de regiões, reunidas em Cidade do Cabo, em 2008, decidiram criar o Fórum Global das Associações de Regiões (Fogar), visando uma globalização benéfica para o desenvolvimento de todos os

territórios. Receberam o apoio do PNUD, consciente da necessidade de trabalhar com instrumentos que simultaneamente possibilitem a criação de estratégias e permaneçam próximos da realidade.

O Fogar (que representa hoje um milhar de regiões dos cinco continentes) assinou um projeto de cooperação com a FAO a fim de mobilizar as regiões na luta contra a insegurança alimentar, uma das questões primordiais para que a globalização seja benéfica para todos – e este é o objetivo dessa organização.